

volume

27/2

Julho/2022

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente



Hist. Rev. Pelotas Número 27/2 p.1-193 jul. 2022

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)

Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill, Tamires Xavier Soares, Micaele Irene Scheer

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Sapateiro Volcei da Rosa.
Autor: Vinícius Kusma.

Pareceristas ad hoc:

Alisson Droppa (UNICAMP) | Ana Sosa González (UFPe) | Ariel Salvador Roja Fagundez (IFSul) | Caiuá Al-Alam (UNIPAMPA) | Carlos Eduardo Piassini (Colégio Riachuelo – Santa Maria/RS) | Clarice Speranza (UFRGS) | Charles Pennaforte (UFPe) | Eduardo Palermo

(Centro Universitário Rivera) | Éverton Quevedo (CESUCA) | Frederico Duarte Bartz (UFRGS) | Jonas Vargas (UFPe) | Lisiane Manke (UFPe) | Márcia Espig (UFPe) | Marilis Almeida (UFPe) | Melina Perusatto (UFRGS) | Olíveia Nery (UFPe) | Rodrigo Weimer (UFRGS – FEE) | Tatiane Bartmann (UFRGS) | Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpe.edu.br

Edição: 2022/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPe/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpe.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpe@gmail.com

* obra publicada em julho de 2022.



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Trabalhadores e Trabalhadoras no passado e no presente) / Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v. 27, n. 2, jul. 2022. - Pelotas: UFPel/NDH, 2022 – 193 p. ; 1,9 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Trabalhadores 3. História do Trabalho

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)s autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO INTRODUCTION <i>Lorena Almeida Gill Tamires Xavier Soares Micaele Irene Scheer</i>	7
DOSSIÊ: TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO PASSADO E NO PRESENTE		
	COMBATE À CARESTIA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA: JORNAL O EXEMPLO (PORTO ALEGRE, 1917-1919) FIGHTING FAMINE IN THE PAGES OF THE BLACK PRESS: NEWSPAPER <i>O EXEMPLO</i> (PORTO ALEGRE, 1917-1919) <i>Liana Severo Ribeiro</i>	9
	TRABALHADORES E REPRESSÃO NO PÓS-ABOLIÇÃO EM ALEGRETE/RS WORKERS AND REPRESSION IN THE POST-ABOLITION IN ALEGRETE/RS <i>Guilherme Vargas Pedroso</i>	24
	TRABALHADORES NEGROS CRIAM UNIÃO FAMILIAR: REVIVENDO O MAIS ANTIGO CLUBE SOCIAL NEGRO DE SANTA MARIA/RS BLACK WORKERS CREATE <i>UNIÃO</i> FAMILIAR: RELIVING ON THE OLDEST BLACK SOCIAL CLUB IN SANTA MARIA/RS <i>Franciele Rocha de Oliveira</i>	42
	“MAÇAROCA” DESIGUAL: A LUTA DAS TECELÃS DA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE PELA REMUNERAÇÃO ESTABELECIDADA POR LEI NA DÉCADA DE 1940 UNEQUAL “MAÇAROCA”: THE STRUGGLE OF THE WEAVERS OF COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE FOR THE REMUNERATION ESTABLISHED BY LAW IN THE 1940S <i>Taiane Mendes Taborda</i>	69
	TRABALHO NAS FAZENDAS DE CACAU: NA COSTA DO OURO (GHANA) E NO SUL DA BAHIA (1920-1945) WORK ON COCOA FARMS: IN THE GOLD COAST (GHANA) AND IN THE SOUTH OF BAHIA (1920-1945) <i>Luciane Aparecida Goulart</i> <i>Flávio Gonçalves dos Santos</i>	86

- "MINHA GENTE, VAMOS TODOS RECLAMAR": AS DEMANDAS DA CLASSE
TRABALHADORA DE FLORIANÓPOLIS EM *A VERDADE* (1952-1960)**
"MY PEOPLE, LET'S ALL COMPLAIN": THE DEMANDS OF THE WORKING CLASS OF
FLORIANÓPOLIS IN *A VERDADE* (1952-1960)
Jéssica Duarte de Souza **110**

ARTIGOS LIVRES

- AS MEMÓRIAS E SOCIABILIDADES DOS IMIGRANTES BRASILEIROS EM SUAS
CHEGADAS E PRIMEIROS TEMPOS EM TERRAS PARAGUAIAS**
THE MEMORIES AND SOCIABILITIES OF BRAZILIAN IMMIGRANTS IN THEIR
ARRIVALS AND EARLY DAYS IN PARAGUAYAN LANDS
Vanucia Gnoatto **136**

- SAÚDE E GÊNERO: O ENFRENTAMENTO CIDADINO EM PORTUGAL ÀS
EPIDEMIAS NA ERA MODERNA LUSITANA E A REPRESENTAÇÃO DO CORPO DA
MULHER**
HEALTH AND GENDER: THE CITIZEN ADDRESS IN PORTUGAL TO EPIDEMICS IN
THE MODERN LUSITANIAN ERA AND THE REPRESENTATION OF THE WOMAN'S
BODY
Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati **155**

- O SISTEMA DO PADROADO NA COMARCA DO SERRO DO FRIO: A ATUAÇÃO DO
PADRE SIMÃO PACHECO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
DA VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776**
THE PATRONAGE SYSTEM IN THE SERRO DO FRIO COUNTY: THE PERFORMANCE
OF FATHER SIMÃO PACHECO IN THE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO OF THE
VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, 1723-1776
Danilo Arnaldo Briskievicz **171**

COMBATE À CARESTIA NAS PÁGINAS DA IMPRENSA NEGRA: JORNAL *O EXEMPLO* (PORTO ALEGRE, 1917-1919)

FIGHTING FAMINE IN THE PAGES OF THE BLACK PRESS: NEWSPAPER *O EXEMPLO* (PORTO ALEGRE, 1917-1919)

*Liana Severo Ribeiro*¹

Resumo: O objetivo deste texto é abordar como a imprensa negra no Pós-abolição, especificamente o jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, tratou a carestia de vida sentida pela população da cidade entre os anos de 1917 e 1919, bem como quais as estratégias de enfrentamento para o problema foram propostas pelo mesmo. Parto do entendimento de que as diferentes formas de organização negra na Primeira República foram essenciais para o alcance de direitos básicos para o conjunto da classe trabalhadora ao longo do século XX. Procuro, também, contribuir para os estudos que articulam a história social do trabalho, da Primeira República e o campo de estudos sobre o Pós-abolição no Brasil.

Palavras-chave: Pós-abolição. Imprensa negra. Primeira República. Carestia.

Abstract: This paper aims to approach how the black press in the post-abolition period, specifically Porto Alegre's "*O Exemplo*" journal, addressed the cost of living felt by the population of the city between the years of 1917 and 1919, as well as which strategies were proposed by this communication vehicle to face that problem. Here, I start with the understanding that the different forms of black organization in the First Republic were essential for the achievement of basic rights by the whole working class throughout the 20th century. I also seek to contribute for studies which articulate the social History of work, History of the First Republic and the field of post-abolition studies in Brazil.

Keywords: Post-abolition. Black press. First Republic. Famine

Introdução

O objetivo deste texto é abordar como a imprensa negra no Pós-abolição, especificamente o jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, tratou a carestia de vida sentida pela população da cidade entre os anos de 1917 e 1919, bem como quais as estratégias de enfrentamento para o problema foram propostas pelo mesmo. Parto do entendimento de que as diferentes formas de organização negra na Primeira República foram essenciais para o alcance de direitos básicos para o conjunto da classe trabalhadora ao longo do século XX e procuro, também, contribuir para os estudos que articulam a história social do trabalho, a Primeira República e o campo de estudos sobre o Pós-abolição no Brasil. Antes de analisar detalhadamente os textos escritos pelos redatores ou envolvidos na manutenção do jornal, explico em algumas linhas o contexto de surgimento e existência da fonte trabalhada e exponho algumas definições do que era entendido como carestia na época aqui abordada.

O *Exemplo* nasceu na cidade de Porto Alegre no ano de 1892, apenas quatro

¹ Liana Severo Ribeiro, mestra em História pelo PPG História – UFRGS; lianasevero@gmail.com

anos após a abolição formal da escravidão. Tendo seu último número circulado em 1930, foi um dos mais longevos jornais da imprensa negra do país. Em suas páginas, seus colaboradores e colaboradoras se preocuparam em veicular denúncias envolvendo casos de racismo, que impedia pessoas negras de frequentarem diferentes locais públicos da capital gaúcha, tendo se engajado em projetos que envolviam a criação de espaços escolares para filhos e filhas de trabalhadores da cidade como forma de combater o racismo e a discriminação que incutia obstáculos ao direito de instrução das comunidades negras naquele período. Somado a isso, estava presente a defesa de condições de trabalho e de uma vida digna para a população da cidade. O conjunto dessas características – um veículo de informação escrito por pessoas negras e contendo assuntos que afligiam essa população – fez historiadores o classificarem como parte integrante da imprensa negra no Brasil. De acordo com Ana Flávia Pinto (2010), a chamada imprensa negra pode ser identificada a partir de diferentes aspectos, sendo eles: “jornais feitos por negros; para negros; veiculando assuntos de interesse das populações negras” (PINTO, 2010, p. 19-20). Flávio Gomes (2005) também classifica esses periódicos como sendo editados por afrodescendentes, tendo como tema a discriminação racial, “com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos ‘homens de cor’” (GOMES, p. 28). Considerando a variedade de periódicos surgidos em diversos locais do país desde o final do século XIX, o autor observa que os mesmos se dedicaram a “denunciar as condições de vida, a segregação, a falta de oportunidades, o cotidiano de racismo e a violência experimentada pelas populações negras, sobretudo nas cidades” (GOMES, p. 32).

Ainda que tenha acumulado uma série de interrupções sobretudo em função da falta de recursos para a manutenção do periódico, O Exemplo foi um importante projeto político construído por homens e mulheres que possuíam trajetórias de vida consideravelmente diversas, mas que se uniram na construção de um espaço que pudesse ser mais uma ferramenta na afirmação de direitos que deveriam ser garantidos a partir do fim da escravidão e do advento do novo regime político. A união, contudo, não significou ausência de conflitos ou de diferentes estratégias de enfrentamento aos problemas da realidade ao longo dos anos em que existiu. É importante destacar ainda que, como demonstra a extensa bibliografia a respeito do jornal, o diálogo de O Exemplo com algumas correntes do movimento operário em atuação durante a Primeira República foi bastante presente. Melina Perussatto, por exemplo, identificou a presença do socialismo em fins do século XIX e também o diálogo com o anarquismo e o anticlericalismo a partir de 1908 (PERUSSATTO, 2018).

Dispor do jornal *O Exemplo* como fonte e objeto desta pesquisa também visa contribuir com o campo de estudos sobre o pós-abolição. De acordo com Ana Rios e Hebe Mattos (2004), para abordar o período é preciso atentar não somente para os projetos pensando pelas elites outrora vinculadas à escravidão, mas sobretudo para as expectativas e projetos políticos construídos a partir da perspectiva das populações então libertas ou livres. É nesse sentido que as reflexões apontadas pelas autoras são importantes, pois reforçam a necessidade e a relevância de olhar com mais atenção para os projetos elaborados e veiculados pelo *Exemplo* acerca dos desdobramentos da abolição e da República – os quais dialogavam e propunham nova interpretação aos ideais liberais de igualdade que vinham sendo gestados desde os movimentos abolicionistas.

Ainda que não seja através de uma conversa mais explícita com determinadas correntes do movimento operário organizado da Primeira República, a defesa de condições dignas de vida aos trabalhadores da capital gaúcha são abordadas em diferentes épocas pelo jornal, não sendo diferente nos momentos em que a dificuldade no acesso a gêneros de primeira necessidade - como alimentos - é mais acentuada. Tais escritos podem nos aproximar das expectativas e projetos elaborados por trabalhadores negros desde o processo de emancipação e advento da República, onde possivelmente as demandas que envolviam o direito de exercício da cidadania e o fim da discriminação por cor estavam conectadas com os anseios por condições dignas de trabalho e vida².

No que se refere ao estado e a sua capital, Porto Alegre, coloco algumas considerações a respeito de seu desenvolvimento no setor de alimentos. O Rio Grande do Sul, no início do século XX, aparece como a terceira força industrial do país, perdendo somente para São Paulo e Rio de Janeiro, estados bastante favorecidos pelos lucros advindos da produção do café (QUEIRÓS, 2012). Nos anos entre 1915 e 1919, período também contemplado por esse capítulo, há um surto industrial no estado, fazendo com que a quantidade de fábricas chegasse em torno de 12.950 estabelecimentos que abarcavam por volta de 65.000 operários, empregados principalmente em fábricas ligadas à alimentação e vestuário, sendo animais, vegetais e seus derivados suas principais matérias primas. (QUEIRÓS, 2012). Portanto, assim como no restante do país, o principal ramo industrial desenvolvido no estado durante estes anos foi o ligado à alimentação. É importante lembrar

² Para o Brasil, as discussões institucionais em torno da emancipação ocorriam desde o século XVIII, tendo o século seguinte sido marcado pelas leis de 1831 (Lei Feijó), 1850 (Eusébio de Queirós) – que pretendiam acabar com o tráfico de escravizados para o país – e a lei de 1871, conhecida popularmente como *Ventre Livre*, intensificando ainda mais o número de libertos e de nascidos já na condição de livres no país. Ver: OLIVEIRA, Fernanda, 2017; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas; COOPER, Frederick, 2005.

que a ampliação do setor industrial ocorrida anteriormente no Estado (a partir do final do século XIX) se deu sobretudo a partir da região sul, entre Pelotas e Rio Grande. Em relação a Porto Alegre, seu desenvolvimento ocorreu principalmente em função da dinâmica das áreas coloniais, o “que proporcionou um excedente comercializável e um mercado interno composto, basicamente, de pequenos proprietários rurais, os quais desenvolveram capacidade aquisitiva para produtos manufaturados” (QUEIRÓS, 2012, p. 40), passando então a capital a fornecer e suprir as demandas desta região e tornando, também, a característica da indústria desenvolvida aqui um pouco mais diversificada em relação à região sul e mais voltada para as demandas internas (QUEIRÓS 2012). Contudo, o avanço da guerra ocasionou o aumento das exportações – aspecto tratado mais adiante – não somente no Rio Grande do Sul como em todo o país, impactando diretamente no setor de indústrias.

O considerável desenvolvimento industrial foi acompanhado pela formação de entidades ligadas ao movimento operário organizado desde o final do século XIX, como é o caso da criação da Liga Operária Internacional em 1895 que, entre seus fundadores, contava com a presença de Pedro Tácito Pires, um dos fundadores do jornal “O Exemplo” em 1902. Em 1899, Vital Baptista, que viria a ser gerente de “O Exemplo” entre 1902 e 1905, aparecia como tesoureiro da recém criada entidade (PERUSSATTO, 2018). Com o avançar do século, há considerável e intensa movimentação de setores da classe trabalhadora. As greves gerais que tomam as principais capitais do país em 1917 (e que se estendem pelos anos de 1918 e 1919) são expressões da radicalização social que, ao mesmo tempo que mantinham reivindicações já históricas dos trabalhadores – como em relação à jornada de trabalho e seguridade social – vão se somar às condições de sobrevivência cada vez mais precárias em função da Primeira Guerra Mundial.

É importante salientar também que o Rio Grande do Sul vivenciou, em diferentes períodos, crises de carestia, denunciadas pelos trabalhadores em diferentes cidades do país. Beatriz Loner (2016) identifica mobilizações contra a carestia desde o final do século XIX em Rio Grande, região sul do estado. Para o início do século, a autora também identifica que as lutas envolvendo o aumento do custo de vida – indo desde o preço dos alimentos até o preço dos aluguéis – são presentes, inclusive através de um movimento organizado que chegou a criar, a partir da cidade de Pelotas, uma comissão encarregada de discutir o problema da carestia. A situação, como também salienta a autora, passa a ser um problema nacional à medida que avança o século XX. Nesse sentido, faz-se necessário compreender que os anos abordados neste artigo fazem parte de um período mais longo em que a realidade da falta de alguns alimentos ou de elevação de seus preços já era percebida pela população

da cidade. No que se refere a Porto Alegre, por exemplo, Nauber da Silva (2014) analisa as crises de carestia na cidade entre o período de 1905 e 1932, reforçando que tal realidade foi enfrentada em diferentes períodos pelos trabalhadores da cidade, ou seja, não foi algo sentido apenas nos anos de eclosão ou mesmo aproximados aos do conflito mundial.

No que se refere ao termo carestia, recorri à definição proposta por dicionário em anos aproximados aos abordados aqui, encontrando a seguinte indicação: preço alto; qualidade do que é caro; escassez; carência (FIGUEIREDO, 1913). Assim, é possível perceber que o termo abarca, de forma ampla, condições concretas que são sentidas pela população quando da dificuldade em acessar determinados produtos. Em diálogo com a definição exposta nesta fonte, é possível perceber que os textos elaborados por O Exemplo também propunham um entendimento de carestia que envolvia tanto o aumento de preços quanto a falta de alguns gêneros básicos à vida da população trabalhadora. Para além disso, o contato com a fonte jornalística também permitiu perceber mais de perto como essa parte da população sentiu, no dia a dia, as consequências dessas carências, como compreendeu as motivações para tal realidade e quais foram as possibilidades indicadas por eles para superação dessas dificuldades.

De “toda a parte surgem protestos e queixas contra a carestia da vida”: O Exemplo e as denúncias contra o aumento de preços

No que diz respeito ao “Exemplo”, o jornal tratou principalmente do aumento do custo de vida. Tal política expressava-se, por exemplo, na elevação do valor dos impostos e preços. Em texto da primeira página do início de 1917, intitulado “O lado mais fraco...” o então diretor do jornal, Alcides Chagas Carvalho informou que “as tributações demasiadas nada mais fazem que isto: espoliar as classes pobres. São estas que efetivam o maior consumo, que necessitam comprar, importar, adquirir os materiais necessários ao seu viver, mediante o trabalho de cada dia” (O Exemplo, 28/01/1917, p.1). O autor ainda coloca que, diante do fato de a classe trabalhadora ter maior necessidade de adquirir produtos essenciais para sua manutenção, como a compra de alimentos, e do impacto causado pelo aumento nos impostos, suas condições de vida acabam se deteriorando. Fazendo um chamado ao povo, o autor coloca que

Enquanto este se conservar impassível sob o peso de novas sobrecargas, como paciente boi que suporta o peso de qualquer jugo, isto é - de cabeça baixa-, os legisladores federais continuarão a aumentar as tributações já existentes e a lançar novas em prejuízo do povo (O Exemplo, 28/01/1917, p.1)

Aqui, a interpretação proposta por Chagas Carvalho parece direcionar a responsabilidade pelo aumento dos preços unicamente aos impostos federais. No entanto, mais adiante veremos que outras leituras também foram acionadas ao longo dos anos de enfrentamento do aumento de preços.

Em maio do mesmo ano, por exemplo, a coluna “As explorações à sombra da crise” – que, no próprio título, já expunha a interpretação sobre a situação enfrentada, denunciava que, em função da guerra, havia uma grande oscilação de preços nos mercados mundiais, apontando como responsável a “ganância dos exportadores”(O Exemplo, 06/05/1917, p.1). No que se refere à análise da situação do Rio Grande do Sul, a coluna ameniza os impactos da guerra na economia se tomada em comparação com outras realidades e adiciona a isso elogios à conduta do governo do estado no período. O aumento no preço dos produtos de primeira necessidade é, de acordo com o texto, de responsabilidade dos comerciantes e varejistas que “trepitam tirar lucro até da própria miséria do seu semelhante” (O Exemplo, 06/05/1917, p.1).

Ainda que, como vimos, a oscilação de preços não era particular aos anos de ocorrência da guerra, podemos perceber que a coluna identifica a política econômica que privilegia as exportações como responsável pela situação de dificuldade em que vivia uma parte da população da cidade. Além disso, o texto trata com especificidade a chamada “crise do pão” que passava, dentre outras coisas, não apenas pelas oscilações de preço, mas também pela adulteração em sua fabricação:

Os negociantes que a compram (farinha) para reduzi-la a pão, o primeiro alimento da economia humana, apresentam ao consumidor em proporções mínimas e ao mesmo preço ou: a preço superior e em proporções normais e até mesmo em proporções de volume e peso diminuto e em preço superior ao devido! (O Exemplo, 06/05/1917, p.1).

Para o mesmo período, Nauber da Silva identifica em jornais produzidos pelo movimento operário que, além da carne e outros alimentos, o pão era visto como um item básico da alimentação das famílias trabalhadoras, assim como um dos produtos que mais aparecia nas denúncias dos operários no que diz respeito à má qualidade, muito em função da facilidade em alterar o seu preparo através da “diminuição do peso, peso roubado na balança, utilização de farinha de má qualidade ou de tipos diversos” (SILVA, 2014, p. 94).

Diante disso, o texto de O Exemplo denuncia que a crise do pão é uma forma “de encher, à custa da miséria alheia, as algibeiras dos detentores do capital” e reivindica ao

governo a criação e manutenção de um celeiro “para vender a preço razoável os gêneros de determinada e imprescindível necessidade às classes menos favorecidas”, julgando também urgente a necessidade de criação de uma tabela de preços “ante a qual ninguém possa passar os limites taxados”. Nesse aspecto, a coluna ainda apela para uma mediação do Estado entre os interesses dos que lucraram com a venda de alimentos e os “interesses do público” (O Exemplo, 06/05/1917, p.1). Como também veremos adiante, não era raro o apelo de O Exemplo ao papel do Estado na apresentação de soluções para situações que prejudicavam a vida do operariado, o que, em certa medida, foi executado no Rio Grande do Sul.

Em texto de 1918, a escassez de alimentos segue sendo sentida, ao mesmo tempo em que há uma denúncia sobre a possível existência de estoques de alimentos em regiões afastadas do centro da cidade, entre os “arrebaldes do São João e Moinhos de Vento” (O Exemplo, 06/10/1918, p.1). A informação é complementada pelo seguinte trecho: “além destes boatos é fora de dúvida que ao caminho novo existam paióis abarrotados de gêneros até os tetos, e a prova disso é a exportação que continua em detrimento do povo”. As regiões citadas fazem parte dos caminhos que ligavam a cidade ao interior (VIEIRA, 2017) sendo, provavelmente em função de sua localização, pontos importantes para a prática da estocagem. O texto possivelmente se refere ao papel desempenhado pelos chamados “açambarcadores”, ou a “burguesia comercial, que monopolizava a distribuição dos produtos ligados ao abastecimento e os estocavam na tentativa de elevar seu preço no mercado” (SILVA apud LINHARES; SILVA, 1979, p.108). Ao analisar as crises de abastecimento durante o período que envolve a Segunda Guerra mundial, também em Porto Alegre, Fernando Pureza (2009) identifica nos textos da grande imprensa denúncias acerca desses grupos de grandes comerciantes que, de acordo com as fontes, guardavam estoques de produtos a fim de se que valorizassem, além de serem os responsáveis por adulterar seu peso e qualidade – como no caso do pão, tratado anteriormente.

A denúncia segue no sentido de que há um grupo da sociedade que estoca alimentos ao mesmo tempo em que a maioria do povo passa fome, ou seja, o único objetivo daqueles seria o de “construírem sua riqueza às custas da miséria alheia” (O Exemplo, 06/10/1918, p. 1). Os redatores do jornal partiam do entendimento de que o aumento no custo dos alimentos, principalmente, não era justificável pois havia produção. Aqui, também parece importante acionar a noção de processo na formação da classe trabalhadora, colocada por E.P. Thompson (2012). Para o autor, tanto elementos objetivos – por exemplo, a detenção ou não dos meios de produção – como subjetivos, tal como a relações estabelecidas e construídas pelos trabalhadores, fazem parte desse processo. Em relação ao último aspecto,

compreendo que a reflexão trazida pelo jornal identifica uma contraposição de interesses entre aqueles que constituíram sua riqueza material a partir da exploração e os que, em função dela, permaneciam na miséria. As demais colunas trabalhadas também nos aproximam das reflexões e tentativas, por parte dos redatores, de identificar quem seriam os responsáveis por aquelas conjunturas de escassez, para além dos efeitos sentidos entre a população pobre. Nesse processo, acabam por vezes identificando os seus interesses como comuns aos dos trabalhadores em geral e em posição contrária aos de outros grupos.

Em julho de 1919, mesmo após o término da Primeira Guerra, é publicada a informação de que em “toda a parte surgem protestos e queixas contra a carestia da vida” (O Exemplo, 20/07/1919 p.1.) – em países como Portugal, Espanha e Estados Unidos. Tais países seguiam enfrentando as consequências da devastação gerada pela guerra e que, de acordo com O Exemplo, “justificam esse estado de coisas que transformou em famintas as populações outrora felizes e que nadavam em abundância” (O Exemplo, 20/07/1919 p.1). Ainda que o Brasil não tenha entrado de forma direta no conflito, o texto reforça o entendimento de que a carestia de vida aqui observada não poderia ser justificada apenas sob a ótica da falta de produtos:

se é certo que de importadores que éramos de gêneros alimentícios fomos transformados pelas contingências da guerra em grandes exportadores, em compensação, a nossa produção intensificou-se de tal forma que a grande procura que tem havido dos nossos produtos não excedeu a nossa capacidade produtora, e portanto, se razão havia para um relativo aumento no custo dos gêneros de exportação, todavia essa procura não é de molde a justificar o exorbitante custo atual dos gêneros de consumo (O Exemplo, 20/07/ 1919, p. 1).

Antes disso, em 1917, o Exemplo também já observava que o ritmo da produção acompanhava a demanda e não haveria, em função disso, razões para o aumento de preços: “O Rio Grande produz trigo suficiente para o seu consumo, e no entanto, o preço da saca de farinha, sem razão de ser, sobe ou se mantém estacionária num preço além do que, de justiça, deverá atingir” (O Exemplo, 06/05/1917, p. 1). César Queirós (2017) afirma que no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1916 e 1919, houve um aumento nas exportações de gêneros alimentícios destinados ao mercado europeu, sobretudo. O autor acrescenta que, para o mesmo período, houve “incremento da produção das indústrias de transformação no ramo de alimentação no Brasil”, “equivalente a este acréscimo de exportações” (p. 44), assim como um crescimento na produção do setor industrial em geral:

embora as exportações tenham crescido, o nível da produção acompanhou de modo similar essa tendência, de maneira que tal aumento não justificaria uma

elevação tão acentuada nos preços e a carestia verificada naquele contexto.” (QUEIRÓS, 2012, p. 44)

Sendo assim, o autor defende que o aumento de preços dos alimentos foi uma posição interna, pois havia condições de produção que davam conta da demanda interna e das exportações, não justificando o aumento de preços- a produção industrial do Rio Grande do Sul entre 1915 e 1919, por exemplo, quase dobrou (QUEIRÓS, 2012). Desta forma, podemos observar que as colunas estabelecem um aprofundado diálogo com as condições econômicas e políticas do contexto, compreendendo que os aumentos praticados naqueles últimos três anos não eram explicáveis apenas sob o argumento de que a alta demanda combinada à baixa disponibilidade elevava o preço dos produtos, como advogavam algumas interpretações. Fernando Pureza (2009) igualmente chama atenção para a priorização do mercado externo como um fator importante para os problemas no acesso a alimentos pela população pobre, quando discute o período que envolve a Segunda Guerra Mundial. Naquele contexto, a escolha por privilegiar o exterior com o abastecimento de produtos, em uma conjuntura que já apresentava problemas com a circulação de gêneros como a carne, por exemplo, acabou por dificultar ainda mais o acesso à alimentação.

Assim como em outros momentos, ao final desta coluna são apresentadas algumas propostas de medidas que poderiam ser adotadas pelos governos a fim de que os mais pobres não sofressem tanto com a alta dos preços. Aqui, a carestia de vida é lida de maneira ampliada, por exemplo, na proposição de redução no valor dos impostos de alguns aluguéis – que historicamente afastou os mais pobres e, em Porto Alegre, em especial a população negra dos arredores do centro da cidade –, além do estabelecimento de um preço máximo por quilo da carne, entre outras medidas. Tais atitudes, de acordo com O Exemplo, poderiam não resolver a totalidade dos problemas, mas ao menos o povo “ficaria convicto de que há quem se preocupe com as dificuldades que o assombram presentemente.” (O Exemplo, 20/07/1919, p. 1).

O problema dos aluguéis é especialmente importante pois nos ajuda a compreender como as condições de vida se desdobravam concretamente de forma ainda mais precária em relação aos trabalhadores negros. A elevação da tributação sobre os aluguéis foi uma das estratégias utilizadas para afastar a população das áreas centrais e também dos seus arredores desde o século XIX (ROSA, 2014). Uma destas regiões, por exemplo, conhecida como colônia africana, era situada nos arredores das áreas centrais da cidade e possuía características rurais. Foi provavelmente formada durante o processo de desmantelamento da escravidão, colaborando para isso diferentes fatores como a política de

pressão por alforrias e certas concessões, como o acesso à terra. Além disso, a área também pode ter servido como uma alternativa de moradia para migrantes libertos que deixavam o interior do Rio Grande do Sul em direção à capital durante esse processo histórico (ROSA, 2014). Ainda que não fosse um local de moradia exclusiva de negros e negras, estes forjaram ali um importante espaço de convivência e presença na cidade.

Voltando ao texto de *O Exemplo*, o apelo à mediação estatal provavelmente se deve em função da intervenção do governo do estado em anos anteriores. Em 1914, por exemplo, o então presidente do Rio Grande do Sul suspendeu “pela primeira vez no século XX a exportação de alimentos: arroz, feijão e batatas” que “eram controlados de perto pelos fiscais estaduais, na tentativa de conter a alta dos seus preços nos mercados locais” (SILVA, 2014, p. 107). Já em 1917, durante as mobilizações em torno da greve geral, a Liga de Defesa Popular organizou as demandas da grande paralisação e as publicou no jornal *O Correio do Povo* com o título “Proclamação ao povo de Porto Alegre”. As exigências eram em torno da “diminuição dos preços de gêneros de primeira necessidade, o estabelecimento de mercado livre nos bairros operários” (QUEIRÓS, 2012) e a invocação por tomada de providências por parte do governo em relação ao preço da carne, “através do estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer o produto à população por preço razoável” (SILVA, 2014 apud Silva JR., Adhemar L., 1994).

Por parte do governo do estado, houve uma repetição da receita aplicada em 1914, com o decreto de regulação do preço do arroz, da banha, da farinha e de outros produtos produzidos localmente quando os valores ultrapassassem a tabela estabelecida pela Intendência Municipal (SILVA, 2014). No que diz respeito às medidas tomadas pelo governo federal em meio às mobilizações, Nauber da Silva (2014) salienta que, pela primeira vez, o poder público tentou “intervir sobre as questões ligadas ao abastecimento das classes trabalhadoras urbanas” (p. 109), através da criação de um Comissariado da Alimentação Pública que tinha como objetivo tabelar os preços de alguns produtos na capital federal e limitar a exportação de produtos para o restante do país.

No que se refere à postura do Governo do Rio Grande do Sul durante as mobilizações de trabalhadores na Primeira República, acredito que alguns apontamentos são válidos. Sabemos que o Partido Republicano Riograndense (PRR) esteve à frente do governo do estado durante quase todo esse período (de 1891 a 1928). De viés autoritário, se alinhou muito mais ao positivismo do que ao liberalismo, ao contrário do que acontecia com outros Partidos Republicanos no país (PINTO, 1986) e, ao longo de sua existência, aglutinou setores

médios urbanos, algumas parcelas de imigrantes europeus, proprietários de indústrias e comerciantes, configurando uma base em certa medida ampla e heterogênea. Alguns autores e autoras, por exemplo, já apontaram a aproximação de redatores de *O Exemplo* com o PRR, o que pode ter propiciado oportunidades de mobilidade social e ampliação das possibilidades de atuação política e social para pessoas negras naquele período (SANTOS, 2011).

Para além disso, também defendo que a aposta nos ideais republicanos pode ter operado como uma forma de consolidação da igualdade formal e de ampliação de direitos que iam além da retórica liberal propalada pelo movimento republicano em geral (GOMES, 2014). O apelo ao governo estadual, nesse sentido, poderia partir tanto do entendimento de que o Republicanismo poderia ser mais uma ferramenta no exercício da cidadania – que incluía, sem dúvida, a defesa de uma vida digna – quanto da leitura de que *O Exemplo*, enquanto um instrumento político de relevância, poderia contribuir para colocar peso naquelas reivindicações que também eram evocadas pelo movimento operário organizado e pela população como um todo, especialmente os setores mais pobres. Os elogios à atuação do governo no Rio Grande do Sul, por exemplo, podem ter servido como uma estratégia de mediação e negociação nesse sentido.

Como vimos, redatores e responsáveis pela manutenção do periódico desenvolveram uma visão não apenas crítica da situação em que vivia a maioria da população da cidade como também propunham interpretações a respeito de como a conjuntura internacional poderia afetar a economia e as condições de vida localmente. Nesse sentido, acredito que este aspecto está relacionado com a busca, ao longo de diferentes gerações de mantenedores de *O Exemplo*, pelo direito à instrução da comunidade negra. Os projetos de instrução estavam na pauta das elites do país desde meados do século XIX, pensados por um viés de controle e moralização de trabalhadores que, para elas, não estavam preparados para o mundo do trabalho livre. Não era incomum que tais projetos orientassem, sobretudo, o ensino de algum ofício, vinculado ao desenvolvimento intelectual. Contudo, a instrução também foi tema e preocupação constante dos projetos gestados pelas comunidades negras em diferentes locais do país (MAC CORD, 2009; PINTO, 2018), não sendo diferente em Porto Alegre.

A defesa do direito à instrução foi uma constante batalha empreendida pelos envolvidos na manutenção do jornal *O Exemplo* e o projeto de Escola Noturna, que começa a ser gestado a partir de 1902, caminha nesse sentido. O espaço seria destinado a filhos e filhas dos trabalhadores da cidade e tinha entre seus objetivos o ensino da leitura, da escrita e de noções de aritmética, ou seja, mais direcionado ao ensino primário. Além da Escola,

outro importante projeto que contou com o empenho das pessoas envolvidas com o jornal foi o Asilo 13 de maio, elaborado a partir de 1908. O espaço seria destinado principalmente a meninas negras órfãs, visto a compreensão de que elas, em virtude do racismo, muitas vezes não eram abrigadas por instituições religiosas. Dessa forma, o Asilo 13 de maio procuraria não apenas suprir a falta de acolhimento como também ofereceria aulas de artes e ofícios. Ainda que, ao que tudo indica, os dois projetos não chegaram a se concretizar, ambos são importantes porque indicam a gestão de projetos de instrução pensados a partir de uma perspectiva de garantia de autonomia de e para a comunidade negra no pós-abolição, para além da lógica de controle imbuída no pensamento das elites do período.

Acompanhando, na medida do que é possível, a trajetória de alguns dos envolvidos na fundação e na manutenção do periódico ao longo de sua existência, é possível notar que a busca pela instrução foi uma das formas trabalhadas para o alcance de mobilidade social individual e coletiva. O exercício de compreensão das causas da carestia, para além dos efeitos sentidos concretamente no cotidiano da população, pode ser um indício de como a busca pelo aperfeiçoamento intelectual foi constante e um importante instrumento de disputa dos rumos da República ainda na primeira metade do século. Além disso, acredito ser importante colocar que, a partir da leitura das colunas que foram em certa medida transcritas neste texto e ainda que a mobilidade social tenha sido uma realidade para alguns dos envolvidos com O Exemplo, é possível perceber que a postura do jornal se manteve em defesa da população trabalhadora e pobre da cidade, que mais sentia a alteração no preço e na qualidade dos alimentos.

Por fim, em que pesem as medidas adotadas pelos governos, e, assim como demonstra uma denúncia de O Exemplo em 1919, as paralisações em função da carestia de vida seguiram. Na greve dos trabalhadores da Força e Luz, ocorrida no mesmo ano, a justificativa também foi de que, mesmo com o fim da Guerra Mundial, as condições de vida dos trabalhadores não mudaram para melhor (SILVA, 2014). Os aumentos de preços dos alimentos e a dificuldade em acessar produtos básicos continuaram a fazer parte da vida da população gaúcha durante toda a República.

As colunas de O Exemplo abordavam o mundo do trabalho no pós-abolição e demonstravam a ativa atuação de trabalhadores negros em prol não apenas de seus próprios direitos, mas em benefício de toda a classes trabalhadora, incluindo reivindicações pela garantia de uma vida digna. Ou seja, podemos e devemos nos questionar sobre a validade de vermos a iniciativa das organizações de classe, sobretudo durante a Primeira República, como

construções exclusivas de trabalhadores brancos, principalmente de origem estrangeira. Organizando-se em diferentes frentes, trabalhadores negros foram fundamentais para o alcance, bem como para a universalização e a manutenção de direitos pautados ao longo da história. Além disso, a defesa de direitos mínimos certamente fazia parte de um projeto de sociedade que pudesse assegurar direitos à população trabalhadora.

O objetivo do texto também foi de contribuir com o entendimento de que a Primeira República, para além da atuação das oligarquias regionais, da prática coronelista e, no caso do Rio Grande do Sul, o republicanismo autoritário encabeçado pelo Partido Republicano, também foi palco de projetos políticos gestados por pessoas negras e que vinham do processo das lutas pela abolição da escravidão, que buscaram ampliar espaços de atuação e expressão, como colocado por Carolina Dantas e Martha Abreu (2011). Ainda que o texto citado faça referência a espaços públicos de manifestação no imediato pós-abolição, acredito que sua contribuição ajuda a problematizar as diferentes formas de atuação política negra presentes na arena da Primeira República, além de compreender o período como um significativo marco de atuação dessas populações no sentido de possibilidade de alargamento das noções de exercício da cidadania e busca por direitos, não menosprezando o impacto das medidas e ações executadas pelo Estado e pela classe dominante nesse contexto.

Desse modo, assim como definiu Flávio Gomes, (2005), os “homens de cor” do período, ao lutar por terra, autonomia, moradia e salários – e aqui acrescento alimentação digna – “reafirmavam direitos, interesses e desejos redefinidos, também, em termos étnicos, coletivos e culturais”. Para os negros e negras que viveram os anos do processo abolicionista e de início do regime republicano, marcado também pelas crescentes tensões envolvendo as definições de raça, o que estava na ordem do dia “não era apenas uma aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo” (GOMES, 2005).

Referências Bibliográficas

DANTAS, Carolina Vianna; ABREU, Martha. É chegada “a ocasião da negrada bumar”: comemorações da Abolição, música e política na Primeira República. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.97-120, jan/jun 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania levada a sério: os republicanos de cor no Brasil. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (orgs.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 130.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, 1913.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e Política (1888- 1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova 'Velha' República: um pouco de história da historiografia”. **Revista Tempo**, nº 26, 2009.

LONER, Beatriz. Construção de classe. **Operários de Pelotas e Rio Grande**. Pelotas: Editora UFPEL, 2016.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836- 1880**. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Unicamp, 2009.

OLIVEIRA, Fernanda da Silva. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**. Dissertação (mestrado), PUCRS, 2011.

PERUSSATTO, Melina K. **Arautos da Liberdade: Educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do Jornal O Exemplo de Porto Alegre (1892-1911)**. 2018. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2018.

PINTO, Celi. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS 1889-1930)**. Porto Alegre: LPM, 1986.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

_____. **Escritos de Liberdade: Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil Oitocentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

PUREZA, Fernando. **Economia de guerra, batalha da produção e soldados-operários:**

o impacto da segunda guerra mundial na vida dos trabalhadores de Porto Alegre (1942-1945). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2009.

QUEIRÓS, César Augusto, B. **Estratégias e identidades**: relações entre governo estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República (1917/1919). 2012. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2012.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe. O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 5, n. 8, jan./jun. 2004.

ROSA, Marcus Vinicius F. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884- 1918). 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação História, Unicamp, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da História**: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas; COOPER, Frederick. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós- emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Nauber Gavski da. **Vivendo como classe**: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2014.

THOMPSON, E.P. As peculiaridades dos ingleses. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson**: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2012.

VIEIRA, Daniele. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970)**: Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.